

A crise criativa no morrer: a morte passa apressada na pós-modernidade

Clarissa De Franco

RESUMO: A pós-modernidade pauta-se no tempo como o grande controlador do amanhã. A ilusão de infinitude, endossada pelos avanços biomédicos e pela indústria da eterna juventude, tenta conter a angústia da incerteza, e a morte, apesar de certa, não nos dá tantos avisos (será?) quanto gostaríamos. O “morrer” sofre com a pressa moderna, já que os rituais em torno da morte estão empobrecidos, simbolicamente, evitando-se cada vez mais um contato profundo com essa fase da vida. Em conseqüência, a morte deixa de ser um “ato social”, partilhado pela comunidade – como foi durante séculos –, passando para o âmbito privado, algo a ser vivenciado solitariamente. Como aponta o sociólogo Norbert Elias, os idosos foram, durante as últimas décadas do século XX, vistos como representantes vivos da morte. Por esse motivo, sua exclusão servia à sociedade pela insuportável possibilidade de contato com a finitude. Atualmente, com o aumento da expectativa de vida, a chamada terceira idade não mais é associada diretamente à idéia de morte, portanto, abriu-se um campo de possibilidades mais inclusivas a esse setor, mas que ainda funcionam dentro da lógica de negação da morte. A morte deve representar à vida uma possibilidade de tomada de consciência de nosso processo existencial e não o marcador do fim da linha. Deve ser uma aliada e não uma adversária.

Palavras-chave: morte; idoso; temporalidade.

ABSTRACT: *In post-modernity, time is seen as the great controller of tomorrow. The illusion of infinitude, endorsed by the biomedical advances and the industry of perpetual youth, tries to contain the desperation of uncertainty, and death, although certain, does not give us as many warnings (really?) as we would like it to. Dying suffers with modern haste, as the rituals concerning death are impoverished, as far as their symbolism is concerned. More and more, we avoid a deep contact with this stage of life. Consequently, death is no longer a "social act", shared*

by the community - as it was during centuries -, passing to the private scope, something to be experienced alone. According to the sociologist Norbert Elias, the elderly were seen, during the last decades of the 20th century, as living representatives of death. For this reason, their exclusion served the society due to the unbearable possibility of contact with finitude. Currently, with the increase in life expectancy, the "third age" is not directly associated with the idea of death anymore; therefore, a field of more inclusive possibilities to this sector was opened, but they still work within the logic of the denial of death. Death must represent to life the possibility of becoming aware of our existential process and not the mark of the end of the line. It must be an ally, not an adversary.

Keywords: *Death; Elderly; Temporality.*

Em uma sociedade bastante ocupada em descobrir fórmulas de rejuvenescimento e em prolongar a juventude e a beleza, parece claro que não há muito espaço para conversar sobre a morte. A morte traz a dura realidade da limitação biológica: tudo possui um ciclo e o findar é parte desse ciclo. Isso nos reduz à condição de animais, que somos. Condição que é cotidianamente negada pelos avanços civilizadores.

As descobertas genéticas nada mais propõem que a tentativa de dominação do ciclo biológico. Através da decifração do código da vida, somos tomados pela perigosa tentação de brincar de Deus. Os estudos das neurociências também apontam para a dissecação das unidades cerebrais e seu impacto sobre expressões como as emoções, que outrora nos pareciam tão genuinamente profundas, ligadas a uma categoria que um dia chamou-se de alma.

A palavra de ordem é controle: sobre a vida, sobre as características fenotípicas do ser humano, sobre as doenças, a beleza, as reações emocionais, enfim, controle sobre o amanhã. Essa necessidade advém da volatilidade e da fragmentação do mundo, realidades pós-modernas. Compreendendo pós-modernidade como a crise da modernidade (Lyotard, 1998), ou seja, a crise da razão e da segurança cartesiana, percebe-se quão frágil está o ser humano entregue às suas próprias dúvidas e vazios.

Desse modo, a sociedade tenta conter, com seus prodigiosos avanços, a angústia da incerteza, e a morte, apesar de certa, não nos dá tantos avisos (será?) quanto gostaríamos. Quisera morrer-se como antes, já que,

segundo Ariès (2003, p. 19), durante a Idade Média não se morria “sem ter tido tempo de saber que se (iria) morrer”. Não, ainda não se pode controlar a morte; seu curso velado e amargo.

O sociólogo alemão Norbert Elias traduz esta idéia através do papel do processo civilizador como um grande aparato de negação da morte. Esta, segundo o autor, é isolada do convívio social, na atualidade, assim como tudo e todos que se conectam à mesma, como os idosos, que são o retrato da finitude humana. Contrariamente a Ariès, Elias acredita que, nas civilizações antigas, o contato com a morte era mais presente, por meio de pestes, guerra, fome e em função de a sociedade ter menos recursos para evitá-la. Nas sociedades modernas, entretanto, a morte é vista como um perigo, e a identificação com o sofrimento alheio passou a aumentar a percepção da morte (Elias, 2001).

O que Elias nos instiga a pensar é que a aversão dos adultos contemporâneos a tudo aquilo que lembre a idéia da morte é uma característica da homogeneidade do padrão dominante do atual estágio da civilização. Relembra nossos medos de infância e de como a morte aparece em associação com o assassinato e que as fantasias e ritos individuais e coletivos em torno da morte são, em sua grande maioria, assustadores. Como consequência, muitas pessoas, especialmente ao envelheceram, vivem secreta ou abertamente em constante terror da morte. (Oliveira e Pinto, 2003, p. 41)

Eis que surge a via de mão dupla do investimento tecnológico e médico na qualidade e prolongamento da vida: afasta-se da morte, mas a população de idosos aumenta no mundo, já que a média de expectativa de vida sobe a cada dia. A uma sociedade que se identifica com a juventude, os idosos podem causar, no mínimo, certo desconforto social. No entanto, a sociedade atual mostra sinais de necessidade de reinvenção do papel do idoso. A “morte social” do velho (ibid., 2003), sua exclusão e isolamento têm sido repensados. Apesar da conotação de peso que os idosos ainda carregam,¹ a sociedade já começa a integrá-los de diversas formas. A agora

¹ Basta pensar na problemática do ônus da previdência e na classe de serviços voltados aos idosos, como filas especiais de atendimento, bancos preferenciais em transportes

chamada terceira idade é um público para o qual já existem faculdades, cursos dos mais variados tipos, atividades físicas específicas às suas necessidades, departamentos de instituições educacionais, como a área de Geriatria e Gerontologia, além de direitos voltados exclusivamente para ela.

Ainda que haja uma manifesta mudança social no trato do idoso, os objetivos que permeiam essa relação (sociedade-“velho”) parecem cair na mesma problemática. Hoje, ao invés de se isolar o idoso, começa a haver preocupação com a qualidade de vida na velhice, diante do número cada vez maior de pessoas velhas. Entretanto, o objetivo final continua sendo afastar a angústia da morte. Uma vez que a expectativa de vida atual é mais alta, uma pessoa que antes era considerada idosa, ainda terá (teoricamente) alguns anos pela frente. Isso implica mudança do trato de uma classe de pessoas, antes vistas como moribundas ou à beira da morte, e agora incluídas no rol de pessoas sadias e “normais”.

Apesar de em geral serem positivas, essas mudanças podem mascarar um “uso” da imagem do idoso em diversos sentidos. A conhecida “inclusão social da terceira idade” abre uma nova classe de consumidores através da dignidade recém-conquistada. Criam-se novas necessidades e faz-se circular um mercado específico aos “senhores de cabelos brancos”, os quais, agora, podem ser pintados, lembrando os tempos de outrora.

Fazendo com que os idosos se sintam sujeitos novamente, inseridos no mercado de consumo, podendo vender sua imagem para a televisão, para folhetos e para “manuais de bons costumes”, tornando-se tema de debates e de outros programas inclusivos, a sociedade “adestra” os ímpetos amargurados desse grupo, proporcionando esquecimento da sua condição de proximidade da morte. De certa forma, isso implica um controle, uma espécie de contenção social acerca da consciência diante do inevitável contato com a morte. Nesse sentido, continuamos a caminhar como se a vida fosse ilimitada, o que confere ao idoso um poder sobre-humano, de continuidade infinita.

coletivos, altos encargos na área de saúde, entre outros. Esse é o retrato do peso financeiro dos idosos. Contudo, Norbert Elias estende esse peso para uma conotação psicológica, já que os velhos representam a proximidade com a morte e expõem a sociedade à angústia do morrer.

Nem sempre ocorreu dessa forma. Em comunidades tribais, por exemplo, “a morte não é propriamente um problema a ser enfrentado de forma angustiante” (Correa, 2003, p. 48) e o velho nessas sociedades parece ir ao encontro da morte, voluntariamente.

O ancião das sociedades arcaicas, o qual pedia aos seus que deixassem-no morrer na banquisa ou em lugar deserto, seguindo a lei de seus antepassados, tinha, sem dúvida, menos medo da morte que nossos contemporâneos, trancados e isolados em sua vida confortável, porque, depois da vida bem preenchida, terminada a sua tarefa, o ancião estava satisfeito e sentia necessidade do sono eterno. (Bayard, 1996, p. 47)

Portanto, assim como se transforma constantemente a relação dos homens com a morte, modifica-se também a postura social ante o idoso, como um quase representante da morte. Nessas sociedades citadas acima, o velho sentia-se identificado com uma comunidade, uma totalidade, o que difere sobremaneira do modo privativo e solitário da morte atual (Correa, 2003). A morte saiu do âmbito coletivo e passa, cada vez mais, a afetar apenas um pequeno grupo em torno do falecido. O idoso e outros, com maior proximidade da morte, recolhem-se com suas angústias, sem tanto espaço para partilhá-las.

Recorre-se novamente a Norbert Elias (1993), para compreender como essas transformações relacionam-se ao processo civilizador. A partir da importância do tempo como um regulador da vida social e organizador do cotidiano das pessoas, tornou-se maior a consciência da brevidade dos momentos e da finitude, uma vez que o minuto contém sessenta – e apenas sessenta – segundos. O modelo seqüencial pautado no tempo permite ao ser humano o controle sobre seu amanhã e também permite maior conscientização acerca de sua identidade, pois situa sua experiência em um *locus* temporal definido.

A dependência moderna em relação ao tempo faz com que toda a existência seja mapeada em termos temporais, por idades e fases. A morte, na noção temporal, passa a ser um indicador do tempo que pode durar nosso processo de viver. Por isso, tornaram-se tão importantes, na sociedade atual,

taxas como o nível de expectativa de vida. Nesse sentido, a vida é um correr contra o tempo e, em última instância, um correr contra a morte. A pressa moderna talvez possa indicar uma necessidade de realizar e experienciar antes do fim, no tempo que ainda nos resta. A consciência da morte traz a contagem regressiva do tempo. A morte passa a atuar no antifluxo da vida e não como um processo natural da mesma. A morte, ironicamente, tornou-se apartada, e o que é pior, adversária, da vida.

“Já não há ciclos naturais, intermitências, já não há rupturas. O tempo parece evoluir linearmente na direção do infinito, de uma vida eterna na modernidade” (Martins, 2005, p. 77). Por esse motivo, morrer tornou-se uma anomalia no mundo moderno.

Junio Brandão (2000, p. 141) afirma que “a idéia da vida e da morte é inerente à função de fiar”, remetendo-se às Moiras, divindades mitológicas responsáveis pelo destino dos seres humanos. Analogamente, a vida pode ser associada a uma trama construída pelo tempo, que pode ser desmembrada ou mesmo cortada em um lapso de segundo. A morte aparece, nesse sentido, como a vilã que interrompe repentinamente o tecer da vida que levou tempo a ser construído. Entretanto, a metáfora do fiar coloca a morte a serviço da vida, como um instrumento necessário à finalização de seu produto. A morte possibilita visualizar o tecido da vida, suas nuances e asperezas.

O autor português José Saramago, que recentemente lançou a obra *As intermitências da morte* (2005), monta um cenário em que a morte afasta-se de seu habitual serviço. A morte deixa de matar momentaneamente e isso tem conseqüências devastadoras na organização social, a começar pelo tempo, que parece suspenso, à espera de decisões maiores. É como se a morte representasse uma instância do destino, que permite o fluir dos ciclos humanos. Apesar de tanto a evitarmos, Saramago mostra que ela é necessária à estrutura de controle social moderna, já que permite essa noção temporal infinita, apontada acima por José de Souza Martins (2005). Paradoxalmente, a morte moderna mata indivíduos, mas não altera a coletividade, fazendo, portanto, a manutenção da boa vivência.

Para Oliveira e Pinto (2003, p. 40), o que varia de sociedade para sociedade “é a consciência da morte, a qual é possível somente para os

seres humanos. É essa consciência que se transforma no curso do desenvolvimento social”. A morte passou a ter significado, para a espécie humana, desde pelo menos 60.000 anos atrás, quando o *Homo sapiens sapiens* começou a enterrar seus mortos.² Da mesma forma, “o contato com a morte foi fundante para o nascimento da consciência” (Gambini, 2005, p. 139), uma vez que esteve diretamente relacionado à descoberta do exercício da capacidade simbólica do ser humano. Os rituais em torno da morte teriam a função de reafirmar os valores de um grupo e, portanto, reafirmar os valores da vida.

Como se observa, o papel da morte e o significado atribuído a ela parecem ter sido mais importantes na Antiguidade que na atualidade, na qual aquela é reprimida e lançada à instância sombria. “A sociedade tecnológica enterrou a morte na nossa alma. Perdemos o contato com ela e a transformamos em tabu” (ibid., 2005, p. 140).

Poder-se-ia dizer que a morte está hoje menos criativa, menos permeada de símbolos? Segundo José de Souza Martins (in Oliveira e Callia, 2005, p. 74), existe uma “falta de rito” na atualidade, em torno da morte, o que gera um vazio incômodo nesse contato. Não há espaço para a linguagem simbólica, que tem a função de dar significado e sentido a uma realidade. Sem isso, a morte fica sem representação e sem elaboração, tanto coletivamente quanto no âmbito íntimo de cada ser humano.

Martins ainda estabelece uma distinção entre a morte e o morto, resguardando a morte como um espaço do morrer.

O tempo da morte recobre o tempo do morto, mas dele se diferencia porque é o tempo do morrer, um tempo que se manifesta, até ritualmente, muito antes da própria morte, nos procedimentos que a cultura prescreve em relação aos que vão

² Esse dado foi verificado por meio de escavações arqueológicas. “A evidência mais antiga de que a arqueologia evolutiva dispõe referente à criação de símbolos ou à elaboração de significados é a descoberta de campos de sepultamento humano com datação de 60.000 anos. Nestes sítios arqueológicos foi constatado que, ao lado de ossadas, há fragmentos de pele pintada com ocre e pequenos adornos feitos de argila ou de fragmentos de ossos” (Gambini, 2005, p. 138).

morrer. Esse tempo se manifesta também depois da morte, nas prescrições rituais de trato do corpo e da alma do morto e de trato de relação entre mortos e vivos. (Martins, 2005, p. 83)

Como se perdeu muito do “espaço do morrer”, o tempo que deve ser dedicado à morte também está reduzido. Era bastante usual, durante a Idade Média, a presença de representantes de toda a comunidade em torno do moribundo. Políticos, familiares, representantes da Igreja eram figuras certas durante os preparativos para a morte de alguém. O cerimonial em torno da morte era tido como um sinal de respeito a esse momento e a preparação do morto era quase automática, quando a morte se fazia certa.

Hoje, ao contrário, elementos simbólicos, como luzes, velas, poemas, flores estão sendo utilizados quase como recursos para nos livrarmos da incômoda proximidade com a morte. Os rituais de morte estão cada vez mais empobrecidos. Como se vê, na modernidade, até a morte deve passar apressada, acomodando-se ao tempo atual. Ora, quem mais pode dedicar meses em um processo de luto? Quem mais consegue organizar um ritual criativo de morte, que envolve toda a coletividade em torno do morto? Não há mais tempo para isso. A morte moderna tem de ser *fast*, como tudo mais na vida.

Nesse sentido, refazer a vida rapidamente após o luto torna-se quase que uma obrigação ao bem-estar geral. Os viúvos que não se casam após suas perdas podem ser vistos socialmente como excluídos ou pessoas em quem a sanidade é algo discutível.

Até mesmo a religião (talvez seja melhor dizer “as religiões”), que essencialmente procura oferecer subsídios para amparar o ser humano e para melhor lidar com suas angústias existenciais, até mesmo ela, não tem contribuído para uma imagem boa da morte.

O catolicismo, com as idéias de Juízo Final e de prestação de contas sobre os pecados cometidos, durante muito tempo atribuiu à morte um certo pesar. A idéia de um Deus punitivo traz para o morrer um certo terror, o qual se quer afastar. Na Idade Média, sabe-se que essa concepção religiosa imperava sobre os pensamentos e as ações de cada ser humano, opondo a idéia de prazer à possibilidade de salvação, uma vez que prazer era imediatamente associado a pecado.

Ah! Deus! Por que,
Por qual mistério
Desejamos nós tanto a carne
Que corrompe tanto a nossa natureza?
Depois isto se paga tão caro!
É uma aposta funesta
Quando a alma toma emprestado à usura
O fel que sempre dura
Por um prazer tão efêmero!
Foge, gula! Foge, luxúria!
De pedaços assim tão caros não cuido,
E minha sopa me é mais cara!
(Froidmont, 1996, p. 76)³

Hoje, no entanto, numa sociedade baseada no bem-estar, o mecanismo ideológico de opor prazer à salvação da alma não mais encontra espaço. A concepção de pecado vem se alterando significativamente, em função do bem-estar. Necessidades físicas e apelos estéticos não carregam atualmente uma conotação negativa.

Nas crenças espíritas kardecistas, de um modo geral, existe a idéia de que o espírito do morto precisa evoluir e, para tal, nós, os vivos que aqui ficamos, não devemos atrapalhar sua evolução com evocações e lembranças repetidas do morto. Ora, que mais são os ritos, senão a possibilidade de evocação e repetição, para que dessas experiências se apreenda algo do sentido que o ritual traz? Dessa forma, cria-se um tabu em torno de tudo que se relaciona com o morto: imagens, lembranças, o próprio nome do falecido, pessoas próximas.... Nada pode ser “tocado”, já que disso depende a evolução espiritual daquele ser querido que viveu um dia.

No entanto, como coloca Elias (2001, p. 77): “A morte não tem segredos. Não abre portas. É o fim de uma pessoa. O que sobrevive é o que ela ou ele deram às outras pessoas, o que permanece nas memórias

³ O livro *Os versos da morte* foi escrito pelo monge poeta Hélinand de Froidmont, entre os anos de 1194 a 1197, trazendo, portanto, um testemunho literário da visão acerca da morte na Idade Média.

alheias”. Ou seja, não poder lembrar do morto, da vida que ele levava, de suas opiniões e escolhas, rouba do morto a única coisa que ele de fato ainda possui e que ainda o torna vivo para as outras gerações: a memória de quem conviveu com ele. Salvo isso, o morto é morto.

Apesar disso, a religião traz, de um modo geral, uma forma de contenção às angústias de morte, pois oferece alternativas de continuidade, configurando um “sentido maior” para a existência. O próprio kardecismo, com a crença espírita, permite a possibilidade de uma vida eterna, retirando do corpo a essência da vida.

Para Jung (2003), o idoso ou qualquer pessoa na proximidade com a morte deve recorrer ao mito, para que, através do mesmo, adquira representações de morte que amparem suas angústias. O mito traz a possibilidade de dar sentido às experiências humanas, indicando uma direção às nossas ações e pensamentos. A razão, pelo contrário, traz um abismo de incertezas, que leva a pessoa a caminhar com muitos questionamentos e poucas orientações. Por isso, a religião, enquanto função mítica, pode trazer elementos de representação da morte úteis e ricos para compor as experiências humanas. Esses elementos representativos, no entanto, têm de trazer identificação às pessoas, caso contrário, não ecoam como histórias reais.

Talvez seja interessante concluir este artigo com a importância da morte na atualidade, não apenas como um marcador do fim, que nos impulsiona compulsivamente a realizar no presente, para que a sensação de vida seja concreta, mas, principalmente, como um arsenal do conhecimento humano que possibilita os avanços cíclicos da humanidade. A democracia só se faz possível pela rotatividade do poder. É preciso o findar do mandato para que o novo preencha espaços diferenciados. Assim também a morte se apresenta à vida, como uma possibilidade de renovação contínua. “A existência da cultura, isto é, de um patrimônio coletivo de sabedores, habilidades, normas, regras de organização, etc., só tem sentido porque as antigas gerações morrem, e é preciso transmiti-la incessantemente às novas gerações” (Morin, 1997, p. 10).

A consciência da finitude não é aprisionadora, pelo contrário, somente essa consciência nos possibilita a continuidade real. A ilusão

do infinito, na qual a modernidade está mergulhada, esta sim, nos aprisiona a um modelo ideal, inatingível, de seres humanos como deuses imortais, onipotentes, sempre belos e poderosos. Esse modelo perseguido traz a eterna insatisfação de nos percebermos sós, em uma busca fadada ao insucesso. A aceitação da finitude nos mobiliza ao desapego do perfeito. A morte possibilita a vida e seu ciclo natural. E isso não é limitador.

Referências

- ARIÈS, P. (2003). *Sobre a história da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- BAYARD, J. P. (1996). *Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* São Paulo, Paulus.
- BRANDÃO, J. S. (2000). *Dicionário mítico-etimológico*. Petrópolis, Vozes.
- CORREA, O. M. (2003). Antropologia da morte. *Último Andar*, ano 6, n. 8, pp. 45-63.
- ELIAS, N. (1993). *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- (2001). *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FROIDMONT, H. (1986). *Os versos da morte*. São Paulo, Ateliê.
- GAMBINI, R. (2005). “A morte como companheira”. In: OLIVEIRA, M. F. e CALLIA, M. H. P. (orgs.). *Reflexão sobre a morte no Brasil*. São Paulo, Paulus.
- JUNG, C. G. (2003). *Memórias, sonhos e reflexões*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LYOTARD, J. F. (1998). *A condição pós-moderna*. São Paulo, José Olympio.
- MARTINS, J. S. (2005). “Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil”. In: OLIVEIRA, M. F. e CALLIA, M. H. P. (orgs.). *Reflexão sobre a morte no Brasil*. São Paulo, Paulus.
- MARTINS, M. M. (2000). A questão do tempo para Norbert Elias: reflexões atuais sobre tempo, subjetividade e interdisciplinaridade. *Revista de Psicologia Social e Institucional*, v. 2, n. 1.

- MORIN, E. (1997). *O homem e a morte*. Rio de Janeiro, Imago.
- OLIVEIRA, C. B. e PINTO, R. N. (2003). Envelhecimento, exclusão e morte: resenha do livro *A solidão dos moribundos...* de Norbert Elias. *Revista da Universidade Federal de Goiás*, ano 5, v. 2, pp. 40-41.
- OLIVEIRA, M. F. e CALLIA, M. H. P. (orgs.) (2005). *Reflexão sobre a morte no Brasil*. São Paulo, Paulus.
- SARAMAGO, J. (2005). *As intermitências da morte*. São Paulo, Companhia das Letras.

Data de recebimento: 6/3/2007; Data de aceite: 26/3/2007.

Clarissa De Franco – Psicóloga e mestranda em Ciências da Religião com foco de estudo na morte, finitude e luto. Atua na área clínica na abordagem junguiana. Tem experiência em atendimento a idosos hospitalizados. E-mail: clarissadefranco@hotmail.com